

Veículo: Bahia Já		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 25/04/2013



IAF vê retrocesso em reajustes setoriais para alguns servidores estado

"Não estamos criticando as negociações que visem atender as demandas individuais de cada categoria, mas a data base de reajuste dos servidores deve ser respeitada", afirmou a presidente do IA

IAF ASCOM, Salvador

[Recomendar](#) [D](#) [Tweet](#) [1](#)



Presidente do IAF, Licia Maria Soares

Foto: DIV

reajuste dos servidores deve ser respeitada", afirmou a presidente do IAF. Segundo a sindicalista, é preciso acabar com a ideia de que a concessão do reajuste salarial ao servidor é um "favor do governador", mas sim que é uma obrigação prevista em lei e, como tal, sujeita ao gestor às sanções legais pelo seu descumprimento.

Leia também

FERRARI: IAF se posiciona pelo reajuste linear a servidores públicos

DECAJU! Lucro da Petrobras recua 16,5% no 1º trimestre, para R\$ 7,7 bi

Para a presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), Licia Maria Soares, o anúncio na imprensa local de que o governo do estado estaria promovendo negociações setoriais junto às categorias específicas, em substituição ao reajuste linear previsto em lei, é um retrocesso ao processo republicano democrático tanto apregoadado pelo Governador Jaques Wagner, uma vez que, subverte o tratamento isonômico e desrespeita a data base prevista para o reajuste linear dos servidores públicos estaduais, ativos, inativos e pensionistas, prevista para 1º de janeiro de cada ano (artigo 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais - Lei 6677/94).

"Não estamos criticando as negociações que visem atender as demandas individuais de cada categoria, mas a data base de reajuste dos servidores deve ser respeitada", afirmou a presidente do IAF. Segundo a sindicalista, é preciso acabar com a ideia de que a concessão do reajuste salarial ao servidor é um "favor do governador", mas sim que é uma obrigação prevista em lei e, como tal, sujeita ao gestor às sanções legais pelo seu descumprimento.

Para a dirigente, o artifício de conceder reajustes "no varejo", como apregoa a equipe do governo, é uma forma perversa de só privilegiar as categorias mais "fortes" e de maior apelo junto à sociedade, em detrimento aos demais servidores e, sobretudo, aos aposentados e pensionistas, os verdadeiros prejudicados em todo esse processo discriminatório.

Veículo: Bahia Já		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 25/04/2013

SECA! 20 MUNICÍPIOS habilitados a receber mais 20 retroescavadeiras
SOCORRO! VIA UNO ameaça fechar fábricas em Serrinha, Coité e Valente
ALAGOINHAS: COCA COLA pode instalar fábrica para produzir água mineral

Segundo Lícia Soares, a manobra só beneficia o governo, que a todo momento modifica os mecanismos de negociação com os servidores. "Primeiro foi a mesa central de negociação. Um verdadeiro fracasso. Depois veio a SAEB e as secretarias específicas, que pouca ou nenhuma autonomia possuíam e, agora, a negociação direta com o governador. O que estamos vendo é o governo impondo uma política de pessoal casuística e cheia de más intenções", disse.

Segundo a presidente do IAF, o estado tem recursos suficientes para conceder o imediato reajuste linear dos servidores públicos estaduais, retroativo a 1º de janeiro, conforme prevê a data base, e não entende o porquê da protelação em divulgar os índices. "Nos últimos meses, a arrecadação cresceu e o comprometimento das receitas estaduais se distanciou do limite prudencial, logo há espaço para a concessão do reajuste linear", afirma a Auditora Fiscal.

Veículo: Tribuna de Ibicaraí		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 25/04/2013

QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2013

Atraso em reajuste evidencia descumprimento de lei por governo estadual, diz IAF

Foto: Divulgação



Licia Maria Soares, presidente da IAF

Para a presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), Licia Maria Soares, o anúncio na imprensa local de que o governo do estado estaria promovendo negociações setoriais junto às categorias específicas, em substituição ao reajuste linear previsto em lei, "é um retrocesso ao processo republicano democrático tanto apregoado pelo governador Jaques Wagner", uma vez que, subverte o tratamento isonômico e desrespeita a data base prevista para o reajuste linear dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, prevista para 1º de janeiro de cada ano (artigo 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais – Lei 6677/94). "Não estamos criticando as negociações que visem atender as demandas individuais de cada categoria, mas a data base de reajuste dos servidores deve ser respeitada", afirmou a presidente da IAF. Segundo a sindicalista, é preciso acabar com a ideia de que a concessão do reajuste salarial ao servidor é um "favor do governador", mas sim que é uma obrigação prevista em lei e, como tal, sujeita ao gestor às sanções legais pelo seu descumprimento. Para a dirigente, o artifício de conceder reajustes "no varejo", como apregoa a equipe do governo, é uma forma perversa de só privilegiar as categorias mais "fortes" e de maior apelo junto à sociedade, em detrimento aos demais servidores e, sobretudo, aos aposentados e pensionistas, os verdadeiros prejudicados em todo esse processo discriminatório.

Veículo: Política Livre		Editoria: Bahia
Tipo: Site	Página: -	Data: 25/04/2013

Paul Monteiro

POLÍTICALIVRE

BAHIA

25 de abril de 2013, 18:03

Atraso em reajuste evidencia descumprimento de lei por governo estadual, diz IAF

Para a presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), Lícia Maria Soares, o anúncio na imprensa local de que o governo do estado estaria promovendo negociações setoriais junto às categorias específicas, em substituição ao reajuste linear previsto em lei, “é um retrocesso ao processo republicano democrático tanto apregoado pelo governador Jaques Wagner”, uma vez que, subverte o tratamento isonômico e desrespeita a data base prevista para o reajuste linear dos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, prevista para 1º de janeiro de cada ano (artigo 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais – Lei 6677/94). “Não estamos criticando as negociações que visem atender as demandas individuais de cada categoria, mas a data base de reajuste dos servidores deve ser respeitada”, afirmou a presidente do IAF. Segundo a sindicalista, é preciso acabar com a ideia de que a concessão do reajuste salarial ao servidor é um “favor do governador”, mas sim que é uma obrigação prevista em lei e, como tal, sujeita ao gestor às sanções legais pelo seu descumprimento. Para a dirigente, o artifício de conceder reajustes “no varejo”, como apregoa a equipe do governo, é uma forma perversa de só privilegiar as categorias mais “fortes” e de maior apelo junto à sociedade, em detrimento aos demais servidores e, sobretudo, aos aposentados e pensionistas, os verdadeiros prejudicados em todo esse processo discriminatório.

Veículo: Política Livre		Editoria: Bahia
Tipo: Site	Página: -	Data: 28/04/2013

Raul Monteiro

POLÍTICALIVRE

BAHIA

28 de abril de 2013, 10:18

“Luta por reajuste linear no Estado continua”, afirma diretor do IAF

“O IAF continuará lutando pelo reajuste linear”. Quem afirma é o Diretor de Organização e Mobilização Sindical do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, o auditor fiscal Augusto Ferrari, se mostrando surpreso com o rápido desfecho da paralisação das entidades representativas do funcionalismo, antes mesmo de o governo acenar com algo de concreto. “O IAF decidiu não aderir, pois não acreditávamos que o movimento fosse adiante e foi isso que efetivamente verificamos”, constatou Ferrari, para quem as propostas apresentadas pela Sefaz em nada acrescentaram às conquistas de mais de dez anos, que agora querem subtrair. “Enviar à Casa Civil a proposta de remanejamento de vagas para adequar às promoções do Fisco já estava alinhavada desde o final de 2012, aliás, na última década nunca deixou de ser apresentada”, afirmou Ferrari. “Isso não é ponto a ser discutido em uma paralisação”, concluiu.

“A reformulação da GDF não diz respeito aos Auditores Fiscais, por isso não tratamos deste tema e a promessa de apresentação, nesse momento, de uma proposta de uma adequação do teto salarial ao previsto na Constituição Estadual, nos parece embromação”, disse o sindicalista do IAF. Ferrari culpou o peleguismo e a falta de objetividade pelo fracasso do movimento grevista na SEFAZ, que no primeiro aceno da Administração recuou sem nenhuma conquista para os servidores. O sindicalista informou que a diretoria do Instituto estará se reunindo no próximo dia 06/05 com o secretário da Fazenda, tendo como tema o reajuste linear dos servidores públicos ativos e aposentados, o qual já deveria ter sido anunciado desde janeiro. Lembrou que outros estados e o Governo Federal já concederam reajuste aos seus servidores. O salário mínimo teve aumento de 9% e os aposentados e pensionista do INSS tiveram reajuste de 6,15%, o que o Estado da Bahia parece desconhecer.

Veículo: Política Livre		Editoria: Bahia
Tipo: Site	Página: -	Data: 28/04/2013

“A reformulação da GDF não diz respeito aos Auditores Fiscais, por isso não tratamos deste tema e a promessa de apresentação, nesse momento, de uma proposta de uma adequação do teto salarial ao previsto na Constituição Estadual, nos parece embromação”, disse o sindicalista do IAF. Ferrari culpou o peleguismo e a falta de objetividade pelo fracasso do movimento grevista na SEFAZ, que no primeiro aceno da Administração recuou sem nenhuma conquista para os servidores. O sindicalista informou que a diretoria do Instituto estará se reunindo no próximo dia 06/05 com o secretário da Fazenda, tendo como tema o reajuste linear dos servidores públicos ativos e aposentados, o qual já deveria ter sido anunciado desde janeiro. Lembrou que outros estados e o Governo Federal já concederam reajuste aos seus servidores. O salário mínimo teve aumento de 9% e os aposentados e pensionista do INSS tiveram reajuste de 6,15%, o que o Estado da Bahia parece desconhecer.

O dirigente declarou que o IAF não concorda com qualquer solução que exclua os aposentados e pensionistas. “Nos próximos meses uma enxurrada de aumentos nas tarifas públicas deverão ocorrer e esses reajustes irão inflacionar a vida de todos, logo não podemos excluir os aposentados e pensionistas de qualquer avanço salarial da categoria. Seria um ato de extrema malvadeza”, disse Ferrari. De acordo com o vice-presidente do IAF, Auditor Fiscal Sergio Furquim, o Instituto está estudando uma forma de cobrar do governo a imediata desoneração do ICMS incluído na conta de abastecimento de água do consumidor baiano, fato este indicado pelo IAF há mais de cinco anos. Segundo ele, o Supremo Tribunal Federal, desde o dia 10/04/2013, considerou indevida a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS sobre o fornecimento de água, por não se tratar de um mero serviço eletivo ou mercadoria e sim um bem essencial à população, sendo a permanência da cobrança do imposto extremamente lesiva ao consumidor.

Veículo: Plantão News		Editoria: Nacional
Tipo: Site	Página: -	Data: 26/04/2013

Plantão

News

de Mato Grosso

Sexta, 26 de abril de 2013, 11h14

Atraso no reajuste evidencia descumprimento de lei pelo Governo Estadual

Curtir { 0 } Share { 0 } Tweetar { 0 }

Para a presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), Lícia Maria Soares, o anúncio na imprensa local de que o governo do estado estaria promovendo negociações setoriais junto às categorias específicas, em substituição ao reajuste linear previsto em lei, é um retrocesso ao processo republicano democrático tanto apregoado pelo Governador Jaques Wagner, uma vez que, subverte o tratamento isonômico e desrespeita a data base prevista para o reajuste linear dos servidores públicos estaduais, ativos, inativos e pensionistas, prevista para 1º de janeiro de cada ano (artigo 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais - Lei 6677/94).

"Não estamos criticando as negociações que visem atender as demandas individuais de cada categoria, mas a data base de reajuste dos servidores deve ser respeitada", afirmou a presidente do IAF. Segundo a sindicalista, é preciso acabar com a ideia de que a concessão do reajuste salarial ao servidor é um "favor do governador", mas sim que é uma obrigação prevista em lei e, como tal, sujeita ao gestor às sanções legais pelo seu descumprimento.

Para a dirigente, o artifício de conceder reajustes "no varejo", como apregoa a equipe do governo, é uma forma perversa de só privilegiar as categorias mais "fortes" e de maior apelo junto à sociedade, em detrimento aos demais servidores e, sobretudo, aos aposentados e pensionistas, os verdadeiros prejudicados em todo esse processo discriminatório.

Segundo Lícia Soares, a manobra só beneficia o governo, que a todo momento modifica os mecanismos de negociação com os servidores. "Primeiro foi a mesa central de negociação. Um verdadeiro fracasso. Depois veio a SAEB e as secretarias específicas, que pouca ou nenhuma autonomia possuíam e, agora, a negociação direta com o governador. O que estamos vendo é o governo impondo uma política de pessoal casuística e cheia de más intenções", disse.

Segundo a presidente do IAF, o estado tem recursos suficientes para conceder o imediato reajuste linear dos servidores públicos estaduais, retroativo a 1º de janeiro, conforme prevê a data base, e não entende o porquê da protelação em divulgar os índices. "Nos últimos meses, a arrecadação cresceu e o comprometimento das receitas estaduais se distanciou do limite prudencial, logo há espaço para a concessão do reajuste linear", afirma a Auditora Fiscal.

Veículo: Bahia Já		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 28/04/2013



FERRARI: IAF se posiciona pelo reajuste linear a servidores públicos

O sindicalista informou que a diretoria do Instituto estará se reunindo no próximo dia 06/05 com o secretário da Fazenda

MIF - Salvador

[Recomendar](#) 0 [Tweet](#) 1



Augusto Ferrari é diretor de Mobilização Sindical do IAF

Foto: Acorn IAF

"O IAF continuará lutando pelo reajuste linear", quem afirma é o Diretor de Organização e Mobilização Sindical do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, o Auditor Fiscal Augusto Ferrari, se mostrando surpreso com o rápido desfecho da paralisação das entidades representativas do funcionalismo, antes mesmo de o governo acenar com algo de concreto.

"O IAF decidiu não aderir, pois não acreditávamos que o movimento fosse adiante e foi isso que efetivamente verificamos", constatou Ferrari, para quem as propostas apresentadas pela Sefaz em nada acrescentaram às conquistas de mais de dez anos, que agora querem subtrair.

"Enviar à Casa Civil a proposta de remanejamento de vagas para adequar às promoções do Fisco já estava alinhavada desde o final de 2012, aliás, na última década nunca deixou de ser apresentada", afirmou Ferrari. "Isso não é ponto a ser discutido em uma paralisação", concluiu.

"A reformulação da GDF não diz respeito aos Auditores Fiscais, por isso não tratamos deste tema e a promessa de apresentação, nesse momento, de uma proposta de uma adequação do teto salarial ao previsto na Constituição Estadual, nos parece embromação", disse o sindicalista do IAF. Ferrari culpou o peleguismo e a falta de objetividade pelo fracasso do movimento grevista na SEFAZ, que no primeiro aceno da Administração recuou sem nenhuma conquista para os servidores.

O sindicalista informou que a diretoria do Instituto estará se reunindo no próximo dia 06/05 com o secretário da Fazenda, tendo como tema o reajuste linear dos servidores públicos ativos e aposentados, o qual já deveria ter sido anunciado desde janeiro.